



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

MUNICÍPIO DE MARINGÁ
EDITAL: Nº 052/2015
DATA DA PROVA: 21/02/2016

CARGO:
EDUCADOR DE BASE
(NÍVEL MÉDIO)

Língua Portuguesa: Questões 01 a 05; **Matemática:** Questões 06 a 10;
Conhecimentos Específicos: Questões 11 a 40.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.
5	Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 05 - LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder as questões de números 1 a 5, leia o texto a seguir:

TEXTO 01

Ensino de robótica não é só coisa da cidade

No Rio Grande do Sul, a escola pública rural Zeferino Lopes de Castro ensina programação e robótica a seus alunos do ensino fundamental

*Ingrid Matuoka
Jornalista da Revista Carta Capital*

No meio de uma estrada de terra em Viamão, Rio Grande do Sul, a escola pública rural Zeferino Lopes de Castro incluiu tablets, computadores e ensino de programação à grade curricular de seus alunos do 1.º ao 9.º ano.

A diretora da escola, Rosa Maria Stalivieri, explica que eles não queriam uma mera substituição do caderno por um computador, mas algo mais motivador. Para isso, criaram uma feira de ciências em que os alunos apresentam trabalhos de tecnologia e robótica desenvolvidos ao longo do ano em quatro horas semanais que se somam ao período de ensino curricular.

A iniciativa oferece aos 135 alunos da Zeferino mais uma ferramenta que pode ser utilizada nos âmbitos profissionais e acadêmicos. Além disso, foi instituído que nos projetos os alunos poderiam estudar o que tivessem curiosidade, integrando disciplinas diversas e trabalhando com alunos de outros anos.

“Queremos abrir um mundo de oportunidades e escolhas para os alunos, com uma aprendizagem voltada para o interesse deles”, diz Rosa Maria. E as oportunidades oferecidas não se limitam às questões acadêmicas. Para João Viana, 13, que morava em Canoas, mas mudou-se para Viamão só para poder estudar na Zeferino, poder usar um computador em sala de aula significa muito mais. João tem necessidades especiais porque nasceu aos seis meses de gestação, o que lhe dá dificuldades motoras. “Com o teclado eu escrevo mais rápido e gosto muito de estudar aqui”, diz o jovem.

Sua mãe, Iana Viana, 28, relata que na outra escola ele estava se sentindo oprimido, mas na de Viamão foi bem recebido: “Além de usar cadeira de rodas, ele era o único que não conseguia escrever à mão. Agora, aqui, vejo uma evolução enorme na sua

capacidade de aprendizado e no envolvimento com os colegas”.

A edição deste ano da feira de ciências, que aconteceu em 21 de novembro, trouxe 23 trabalhos, quase todos relacionados às questões do campo, respondendo a curiosidades dos alunos: Como funciona o universo? Por que as lontras nadam dando rodopios? Como seria uma casa sustentável? Como se comportam as águias? Acompanhando os projetos, os alunos também desenvolveram uma página na internet acessível por um QR Code que explica mais sobre os trabalhos.

A inserção da tecnologia na Zeferino teve início em agosto de 2013 como parte do Escolas Rurais Conectadas, da Fundação Telefônica Vivo, que oferece gratuitamente tablets, netbooks e kits de robótica à escolas públicas do Brasil.

A Fundação, em parceria com a Prefeitura e a Secretaria de Educação, instalou conexões de fibra ótica de alta velocidade no local e contratou a Hard Fun para auxiliar os professores com o processo de mudança curricular.

Juliano Bittencourt, membro da equipe da Hard Fun, explica que procura ajudar os docentes a entender como fazer a mediação dos estudantes com a tecnologia, ao invés de só explicar o funcionamento dos aparatos digitais.

A partir desse contato com a sala de aula, Bittencourt percebeu que se instalou um processo na escola: “Eles estão deixando de ser as pessoas que procuram informações prontas para serem as pessoas que se deslumbram com o mundo e sabem fazer perguntas, e esse é o grande desafio da ciência e do ensino científico”.

Leonardo Silveira, 14, do grupo que estudou maneiras de aprimorar a triagem do gado por meio do uso de chips na orelha dos animais, explica que o modelo desenvolvido por eles poderia ser aplicado no campo com poucas mudanças, e que o processo não foi fácil, mas gratificante.

“A gente errou também, mas cada acerto era muita alegria. E o Juliano também não sabia como funcionava o mecanismo com o chip, mas a gente aprendeu juntos”.

No último ano do ensino fundamental, Leticia Silva, 15, comenta que desenvolver o projeto, em que estudou gado e ovelhas, a ajudou a alimentar a vontade de ser veterinária. “Depois que começou o projeto, comecei a ficar mais por dentro da tecnologia, tanto é que essa semana meu computador parou de funcionar e eu consegui formatá-lo sozinha”.

Já Gabriela Silva, 7, está no primeiro ano e queria entender como o leite se forma dentro do corpo da vaca. A dúvida surgiu após uma visita dos “curiosos” a uma fazenda, onde ordenharam o animal. De volta à escola, com a ajuda da professora Jamile Rodrigues, fizeram pesquisas para entender o processo e procuraram imagens para reproduzir, em escala, o trajeto do alimento pelo corpo da vaca e sua transformação em leite.

Para Jamile, essa é uma oportunidade para as crianças aprenderem conteúdos fora de suas faixas etárias, como conceitos mais avançados de matemática e biologia. “Eles se interessam porque estudam uma curiosidade deles. E eu me sinto mais motivada, isso tem trazido mudanças para nossa prática”.

Rosa Maria conta que houve uma resistência por parte dos alunos e da comunidade em aceitar a transição, porque estavam acostumados ao modelo tradicional de ensino, mas a mostra de projetos divertiu os jovens e mostrou resultado para os pais. Maria Inês da Costa, cujos três filhos apresentaram trabalhos na feira, diz que agora percebe que a mudança foi positiva, e complementa: “Eu não aprendi nada disso, mas eles, além de aprender, ensinam para nós, em casa”.

(Carta Capital, 15.12.2015)

(Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/ensino-de-robotica-nao-e-so-coisa-da-cidade>>. Acesso em 15.dez.2015.)

01. De acordo com o texto, considere as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

I) O processo instalado na escola por Bittencourt exigiu que a Hard Fun conduzisse professores e estudantes ao uso da tecnologia.

II) 135 alunos da escola pública rural Zeferino Lopes de Castro são beneficiados com uma feira de ciências em que os discentes apresentam trabalhos de tecnologia e robótica.

III) Os interesses dos alunos são considerados na escola rural, visto que os 23 trabalhos apresentados na feira de ciências contaram com o patrocínio e direção somente da Prefeitura Municipal e da Hard Fun.

IV) O ensino de programação e robótica na escola Zeferino também é exemplo de inclusão social para outras escolas.

- a) Somente a alternativa I está correta.
- b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- c) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- d) Somente as alternativas II e IV estão corretas.

02. No excerto a seguir, observe os termos destacados e assinale a alternativa correta:

“**A gente** errou também, mas cada acerto era muita alegria. E o Juliano também não sabia como funcionava o mecanismo com o chip, mas **a gente** aprendeu juntos”.

a) Os termos destacados são variantes da linguagem formal e podem ser empregados sempre que necessário nas escritas formal e informal.

b) Os termos destacados são variantes das linguagens informal e coloquial, especificamente, a linguagem informal regional.

c) Os termos destacados são empregados na linguagem coloquial e fazem referências à primeira pessoa do plural.

d) As palavras destacadas são variantes linguísticas e fazem referências aos pronomes pessoais no plural nós e eles, conforme o contexto empregado.

03. Segundo o texto, a que se refere o trecho a seguir:

“houve resistência por parte dos alunos e da comunidade”

a) Às dificuldades no uso de tecnologias, mesmo com o apoio parcial da Fundação Telefônica, visto que incluí-la na área rural e obter parcerias com a Prefeitura e Secretaria da Educação não são ações comuns.

b) À transição do modelo de ensino tradicional para o modelo tecnológico, já que apenas três filhos de Rosa Maria aprenderam conceitos e os ensinaram em casa mesmo com o projeto da feira.

c) À inclusão na grade curricular de equipamentos tecnológicos e ensino de programação.

d) Ao momento em que os pais viram que o estudo de conteúdos fora da faixa etária aguçou a curiosidade, a motivação e também trouxe mudanças no aprendizado.

04. A temática dos quadrinhos abaixo tem relação com algumas informações apresentadas na reportagem. Segundo o texto, “as oportunidades oferecidas não se limitam às questões acadêmicas”. Quais oportunidades a escola Zeferino Lopes de Castro também conseguiu alcançar?



Disponível em: <<http://turmadamonica.uol.com.br/quadrinhos/>> acesso em: 14 de dezembro de 2015. (adaptado)

- a) De educação inclusiva e a oportunidade de apoiar as diversidades, a falta da tecnologia assistiva e as implicações que o portador de necessidades especiais traz para a escola e para a equipe pedagógica.
- b) De educação inclusiva e a oportunidade de estabelecer parcerias com outras áreas para que professores, apoiados pelo diretor escolar, desenvolvam serviços e recursos adequados aos educandos.
- c) De educação especial e exclusiva, bem como a oportunidade de apoiar o portador de necessidades especiais e o dever de atendimento especializado em escolas especializadas.
- d) De educação especial e exclusiva, visto que as escolas necessitam desse diferencial, isto é, profissionais mais especializados e melhores condições para ofertar oportunidades na área de programação e robótica.

05. É correto afirmar que o emprego do apostro aparece na (s) seguinte (s) afirmativa(s):

- I) De volta à escola, com a ajuda da professora Jamile Rodrigues, fizeram pesquisas para entender o processo (...)
- II) No meio de uma estrada de terra em Viamão, Rio Grande do Sul, a escola pública rural Zeferino Lopes de Castro incluiu tablets (...)
- III) Juliano Bittencourt, membro da equipe da Hard Fun, explica que (...)
- IV) A diretora da escola, Rosa Maria Stalivieri, explica que (...)

- a) II, III e IV apenas.
- b) I apenas.
- c) I e II apenas.
- d) II e IV apenas.

06. Um posto de combustíveis vendia o litro do etanol por R\$ 2,00 e no último mês, reajustou o valor, em 5%, duas vezes sucessivamente. Qual o valor final do combustível?

- a) 2,100
- b) 2,205
- c) 2,315
- d) 2,455

07. Resolva a equação $X + Y$, onde: $X = 20 + 15 - 7 + 6$ e $Y = (30 \times 4) / (15 \times 4)$

- a) 34
- b) 36
- c) 26
- d) 24

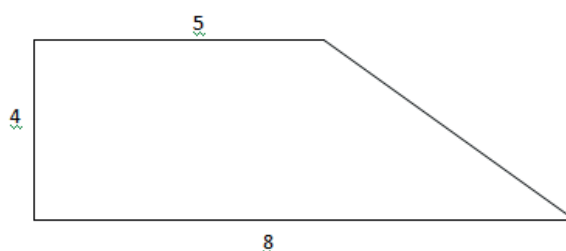
08. Um comerciante de tecidos utiliza para suas medidas de comprimento uma régua graduada em decímetros. Certa vez, uma cliente comprou 10,89 dm de tecido para suas confecções de roupas. Utilizando-se das informações que 1 metro = 10 dm = 100 cm, transforme a medida para centímetro (cm) e metro (m):

- a) 1,089 cm e 108,9 m
- b) 0,01089 cm e 1,089 m
- c) 108,9 cm e 1,089 m
- d) 1,089 cm e 0,1089 m

09. Sendo a equação $x^2 - 14x + 48 = 0$ a solução de determinado problema, quais são suas raízes?

- a) 6 e 8
- b) 4 e 6
- c) 2 e 6
- d) 4 e 8

10. Ao ser aprovado no concurso público da Prefeitura de Maringá, um assistente recebe a tarefa de calcular a área da sala onde irá atuar profissionalmente. A sala tem as dimensões (em metros) mostradas na figura abaixo. Qual a área da sala em metros quadrados (m²)?



- a) 16
- b) 23
- c) 26
- d) 28

QUESTÕES 11 A 40 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. “A nossa velha sociedade tradicional via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se. A criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.” (trecho retirado do livro “História Social da Criança e da Família” de ARIES PHILIPPE, 1981).

Com base no trecho acima e com os conhecimentos referentes à história social da criança e da família, é correto afirmar:

- a) A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, eram asseguradas e controladas pela família.
 - b) A criança demorava longo tempo para afastar-se de seus pais e a educação foi garantida pela aprendizagem graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber, ajudando os adultos a fazê-las.
 - c) Um sentimento superficial como a “paparicação” era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas não brincavam, nem se divertiam, tão pouco estimulavam a criança pequena.
 - d) Se a criança morresse, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.
-

12. Considerando as mudanças nas relações entre os membros da família, é correto afirmar sobre afetividade nas famílias antigas tradicionais.

- a) A família antiga tinha por missão primordial a dedicação aos vínculos e afetos entre os membros. Em segundo plano estava a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas.

b) O amor e o afeto não estavam sempre ausentes, ao contrário, são muitas vezes reconhecíveis, porém nunca durante o noivado, mais raramente depois do casamento, criado e alimentado pela vida em comum.

c) As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas prioritariamente fora da família, num meio composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens. As famílias conjugais se diluíam nesse meio.

d) O sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família, se ele existisse, poderia inclusive prejudicar a dinâmica familiar e seria mal visto pela sociedade.

13. Ainda sobre a história social das famílias, observa-se uma mudança no lugar assumido pela criança na família e a sua dinâmica a partir da estruturação das sociedades industriais. Ocorreu uma polarização da vida social no século XIX em torno da família e da profissão, e o desaparecimento da antiga sociabilidade. Considerando o exposto, é correto afirmar:

a) A escola jamais substituiu a aprendizagem como meio de educação. Por isso que a criança não deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles.

b) A criança passou a ser separada dos adultos e mantida à distância antes de ser “solta” no mundo, o local: a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização.

c) Mesmo com as modificações sociais, a família não se tornou o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos. Apenas houve o envolvimento mínimo dos pais com os estudos de seus filhos nos séculos XIX e XX.

d) A família começou, então, a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato e se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, sendo necessário aumentar o número de filhos para um melhor cuidado.

14. “O que faz com que numa sociedade que cultua valores democráticos, as pessoas aceitem a injustiça e as práticas de discriminação?”

(Questionamento de JODELET, D. Os processos psicossociais da Exclusão. In: SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Editora Vozes, 3ªed. Petrópolis, RJ: 1999).

Refletindo sobre o questionamento de Denise Jodelet, é correto afirmar sobre a exclusão social.

a) Tema presente na mídia, no discurso político e nos planos e programas governamentais, a noção de exclusão social tornou-se familiar no cotidiano das mais diferentes sociedades, não é apenas um fenômeno que atinge os países pobres. Ao contrário, ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial.

b) A exclusão social é resultado de restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho e por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram paridade de qualidade de vida.

c) Existem diferentes nuances das qualidades e dimensões da exclusão, como a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva da renda per capita.

d) Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande minoria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.

15. “Tema do debate público e alvo privilegiado do discurso político, a pobreza sempre foi notada, registrada e documentada. Poder-se-ia dizer que, tal como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, compondo o elenco de problemas, impasses e também virtualidades de um país que fez e ainda faz do progresso um projeto nacional” Vera Telles.

A pobreza é uma das situações que favorece a exclusão social, porém não é a única. Sendo assim, é correto afirmar:

a) A exclusão é um processo complexo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Tem uma única forma, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social pois não é natural que seja produto do funcionamento do sistema.

b) É necessário elaborar estratégias de ação para superar a escravidão e a potência de padecer nas famílias, nas políticas públicas e nas empresas, acreditando na possibilidade de apoiar o sujeito excluído uma vez que ele não é capaz de agir para manter sua humanidade.

c) Existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente. Não ficam apenas de fora do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais; seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural.

d) A matriz escravista brasileira, apesar de ter perpassado nosso passado, não está mais presente no cotidiano de nossa sociedade, nas manifestações variadas nas quais ocorriam.

16. A influência dos movimentos sociais vai muito além dos efeitos políticos produzidos por eles, pois suas ações determinam a modificação de comportamentos e de regras por parte do sistema político. E, além do mais, há uma dimensão simbólica muito mais complexa sobre a qual os movimentos sociais exercem grande impacto que é a transformação social. Hoje, a partir dessas novas mobilizações, os cidadãos e as sociedades conjugam a gramática da igualdade de gênero, preocupações ecológicas, conservação do meio ambiente, direitos dos nascituros, impensáveis antes da emergência de movimentos sociais com essas novas agendas. A partir dessa defesa sobre os movimentos sociais, é correto afirmar:

a) Os movimentos sociais consistem num mecanismo que os cidadãos utilizam para reivindicar e ver reconhecidos seus interesses e anseios individuais.

b) A sociedade civil serve-se dos movimentos sociais para conquistar direitos negados ou não disponibilizados pelo Estado. É nesse contexto de carências que se situam as práticas cotidianas de movimentos sociais, que são meios potencializadores de novas formas de se fazer política, de participação social, de construção do processo democrático e de transformação social.

c) Presume-se que os movimentos sociais são tentativas ineficazes, coletivas e organizadas que têm a finalidade de buscar determinadas mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social.

d) Na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram e cremos que deixarão de existir. Isto porque eles representam forças sociais desorganizadas que aglutinam as pessoas não como força tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de desordem e violações socioculturais.

17.



Imagens das passeatas em favor do movimento “Diretas Já” em 1983/1984.



Imagens das manifestações nas ruas no Brasil em 2013

A força do movimento operário e dos movimentos populares determina a estratégia dos grupos populares. “Se a conjuntura é favorável à mobilização popular e expansão das lutas, a estratégia pode ser mais ofensiva, se o momento se apresenta desfavorável é marcado por uma retração das forças populares a estratégia é defensiva” (Trecho retirado de: FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985).

Com base nas imagens e na citação acima, é correto afirmar:

- a) É na década de 80 que os movimentos sociais vão incluir parcelas mais amplas da sociedade. Surgem os movimentos ecológicos, movimento conscientizando sobre o aquecimento global, o movimento feminista, movimento LGBT e também movimento em defesa dos direitos do consumidor.
- b) Na década de 90 houve um enfraquecimento das manifestações. Falava-se em crise dos “movimentos sociais urbanos”. Porém, esta crise não representava o seu desaparecimento nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos, mas sim uma rearticulação interna e externa de seu papel na sociedade.
- c) As transformações no contexto político levam também a emergência, ou ao enfraquecimento, de outros atores sociais, como as ONGs e outras entidades do terceiro setor. Assim, os movimentos

populares passam a ser aliados ou até mesmo disputar com tais grupos organizados para demandar as necessidades sociais ao poder público.

d) Devido ao enfraquecimento dos movimentos sociais e da rearticulação do papel destes na sociedade, é necessário considerar a sua grande falência no processo democrático brasileiro, mediante sua atuação voltada a reivindicação dos direitos. Desta forma, as lutas desencadeadas na sociedade civil, são absolutamente dispensáveis num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana.

18. “Quanto à contemporaneidade, diante de mudanças e de novas expectativas, delimitar um conceito e uma forma de compreensão dos movimentos sociais de forma consistente, parece impossível. Também não parece adequado tentar compreender as formas atuais de movimentos a partir dos antigos padrões. Estamos diante do desaparecimento da ação e dos sujeitos que coincidem com a nossa ideia tradicional de movimento. Isto não significa o desaparecimento da ação coletiva, nem o desaparecimento dos conflitos sociais. Ao contrário, o que está desaparecendo é a modalidade de constituição dos atores coletivos que caracteriza a época moderna. Não nos encontramos diante da dissolução dos atores coletivos ou do desaparecimento dos conflitos, mas de uma mudança profunda da sua forma. Verificaremos um crescimento da capacidade de produzir conflitos e de construir identidades coletivas mais transitórias e mais flexíveis.” (Trecho retirado de: LERBACH, B. C. **Movimentos Sociais: Percursos Práticos e Conceituais**. v. 1, n. 1 (2011): *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES - GT 5 – Representação, Participação e Deliberação: desafios para a Teoria Política no século XXI*).

Considerando o trecho exposto e pensando sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, é correto afirmar:

- a) Conflitos, reivindicações e lutas por causas sempre existem nas sociedades: sempre há questões sobre as quais se posicionam diferentes grupos, com seus diferentes argumentos, lógicas e projetos de sociedade. Entretanto, em se tratando de fenômenos sociais, dotados de historicidade, essas ações coletivas são imutáveis em suas formas independente do contexto espaço-temporal onde se situam.
- b) Os movimentos sociais não existem enquanto um modelo de conduta coletiva fixo, que pode ser encontrado em todas as sociedades: em cada período os conflitos, as reivindicações e as lutas por causas seguem tendências e formatos semelhantes.

c) A compreensão da ação coletiva através da ideia de grupos hierárquicos e independentes tem sido uma das mais trabalhadas pelos estudiosos que pensam o contexto atual, caracterizado pela globalização, pelo uso e difusão das novas tecnologias de comunicação e pela transnacionalização de questões (religiosas, sobre o meio ambiente, sobre o terrorismo, com relação à posse de armas nucleares e de destruição em massa, etc.).

d) As redes desempenham um papel estratégico de empoderamento de coletivos, consistindo nas formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas.

19. Prefácio do I Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH

Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996

Fernando Henrique Cardoso

Não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais, as formas variadas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos humanos que ocorrem em nosso país.

A sociedade brasileira está empenhada em promover uma democracia verdadeira. O Governo tem um compromisso real com a promoção dos direitos humanos.

No dia 7 de setembro, fiz um apelo a todos os brasileiros para uma mobilização ampla em favor dos direitos humanos. Criamos um Prêmio dos Direitos Humanos. E prometemos preparar um Programa Nacional dos Direitos Humanos, tal como recomendava a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, cujo Comitê de Redação foi presidido pelo Brasil. Iniciamos juntos, o Governo e a sociedade, uma caminhada para pregar os direitos humanos, como um direito de todos, para proteger os excluídos e os desamparados. Realizamos uma campanha contra a violência sexual e convidamos para um debate em Brasília as mais altas autoridades de segurança e do Judiciário dos estados.

Particpei pessoalmente das comemorações relativas ao terceiro centenário da morte de Zumbi. Naquela ocasião criei um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra.

O Ministério do Trabalho tem exercido fiscalização sem trégua sobre o trabalho forçado, sobretudo o de crianças. Em junho de 1995, determinei a criação do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho

Forçado - GERTRAF para permitir a coordenação dos esforços para banir o trabalho forçado.

Em benefício das mulheres, o Governo assinou, em 8 de março de 1996, protocolos específicos na área de saúde, educação, trabalho e justiça.

Em dezembro, fiz a entrega da primeira parte dos Prêmios Direitos Humanos, num valor de 75 mil reais.

Não obstante este conjunto expressivo de iniciativas, o passo de maior consequência certamente será o da adoção do Programa Nacional de Direitos Humanos. Este será, estou seguro, um marco de referência claro e inequívoco do compromisso do País com a proteção de mulheres e homens, crianças e idosos, das minorias e dos excluídos.

Todos nós sabemos que não é possível extirpar, de um dia para o outro, com um passe de mágica, a injustiça, o arbítrio e a impunidade. Estamos conscientes de que o único caminho está na conjugação de uma ação obstinada do conjunto do Governo com a mobilização da sociedade civil. Este caminho, nós estamos decididos a trilhar, com determinação.

O Programa Nacional dos Direitos Humanos foi elaborado a partir de ampla consulta à sociedade. Algumas dezenas de entidades e centenas de pessoas formularam sugestões e críticas, participaram de debates e seminários.

A maior parte das ações propostas neste importante documento tem por objetivo estancar a banalização da morte, seja ela no trânsito, na fila do pronto socorro, dentro de presídios, em decorrência do uso indevido de armas ou das chacinas de crianças e trabalhadores rurais. Outras recomendações visam a obstar a perseguição e a discriminação contra os cidadãos. Por fim, o Programa sugere medidas para tornar a Justiça mais eficiente, de modo a assegurar mais efetivo acesso da população ao Judiciário e o combate à impunidade.

Estou convencido de que o Programa Nacional dos Direitos Humanos será o guia a pautar as nossas ações, do Governo e da sociedade, para construir o que é a aspiração maior de todos nós: um Brasil mais justo.

BRASIL. CARDOSO, F.H. Prefácio do I Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou em 2010 a versão atualizada do Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3.

Sobre os Eixos Orientadores, é correto afirmar:

a) Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos. Algumas de suas diretrizes são: Valorização da pessoa humana como sujeito secundário do processo de desenvolvimento; Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos.

b) Eixo Orientador III: Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades. Algumas de suas diretrizes são: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena; Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, mesmo não tendo o direito de opinião e participação.

c) Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência. Algumas de suas diretrizes são: Transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas de morte e medidas de privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário.

d) Eixo Orientador V: Educação e Cultura em Direitos Humanos. Algumas de suas diretrizes são: fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras; garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

TEXTO 1 (Apoio para as questões 20 a 23)

Criança e Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos.

A Constituição da República Federativa do Brasil assegura uma ampla participação e controle da sociedade no desenvolvimento das políticas públicas, principalmente com o surgimento do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Inicia-se um movimento amplo, envolvendo todos os atores sociais, no sentido de se trabalhar em rede, de forma sistemática, integrada e em parceria, em prol dos interesses de crianças e adolescentes. Intensificouse, então, a forma de intervenção social em rede na busca da promoção e restituição do direito violado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente concebeu um Sistema de Garantia de Direitos – SGD, cujo modelo estabelece uma ampla parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para elaborar e monitorar a execução de todas as políticas públicas voltadas para o universo da infância e adolescência.

(...)

Não obstante os avanços obtidos no processo de construção das políticas públicas, o Brasil ainda precisa avançar mais e mais, especialmente no que diz respeito à municipalização dessas políticas públicas e no que diz respeito à prioridade absoluta em relação às crianças e adolescentes. Desse modo, o país fica devendo quanto a estes aspectos, fundamentais para uma melhoria considerável no atendimento às necessidades de crianças e adolescentes.

O Sistema de Garantia de Direito (SGD) é composto, no campo do Controle Social e, subsidiariamente, na Promoção dos Direitos, pelos seguintes órgãos e instituições: os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; e, no Campo da Defesa dos direitos pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa (CEDECAS), Segurança Pública e Conselhos Tutelares. (...)

Enfim, os movimentos sociais, a política em geral, tanto a voltada para crianças como a partidária, encontram-se no eixo do controle social. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece os direitos da criança e do adolescente e define as formas pelas quais estes direitos serão garantidos e protegidos, o que requer ações articuladas e integradas entre família, Estado, comunidade e sociedade, formando uma rede em prol da efetivação dos direitos, ou seja, um verdadeiro sistema de garantias.

(Trecho retirado de: TEIXEIRA, Edna Maria. Criança e Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos. Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Fortaleza, ano 2, n. 1, jan/jun. 2010
Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/4CRIANDIREITOS.pdf>>. Acesso em: 13/12/2015. ISSN 2176-7939.)

20. Compreendem O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, prioritariamente, os seguintes eixos: DEFESA, PROMOÇÃO, CONTROLE. Sobre os Eixos, é correto afirmar:

a) Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: não engloba os órgãos públicos judiciais; ministério público; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

b) Eixo da Promoção dos Direitos: A política operacionaliza-se através de cinco tipos de programas, serviços e ações públicas: serviços e programas das políticas pública de atendimento

dos direitos humanos de crianças e adolescentes; de execução de medidas de proteção de direitos humanos e; de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

c) Eixo do Controle e Efetivação dos Direitos: realizado através de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas.

d) Dentro do Sistema de Garantia de Direitos os Conselhos de Direitos e Tutelares desempenham uma função pouco relevante: a de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Com estas ações, a SDH/PR prioriza o Sistema de Garantia de Direitos para que ele se torne operante, dando um grande passo para que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja finalmente implementado, o que certamente fará diferença para os milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

21. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990, é reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados Diplomas Legais dedicados à garantia dos direitos da população infanto-juvenil. No entanto, suas disposições - verdadeiramente revolucionárias em muitos aspectos - ainda hoje são desconhecidas pela maioria da população e, o que é pior, vêm sendo sistematicamente descumpridas por boa parte dos administradores públicos. Quanto ao direitos garantidos no ECA é correto afirmar:

a) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

b) É dever exclusivo da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

c) A garantia de prioridade compreende: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação de recursos públicos restantes das demais políticas nas áreas relacionadas à proteção dos idosos e deficientes.

d) É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes radicais, parque de diversões, espetáculos, shows, videogame, produtos importados e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

22. É correto afirmar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA:

a) O ECA apresenta duas propostas fundamentais: garantir que as crianças e adolescentes brasileiros passem a ser tratados como sujeitos de direitos e o desenvolvimento de uma nova política de atendimento à infância e juventude.

b) Quanto aos Direitos Fundamentais, o ECA dispõe sobre o dever de manter a vida e a saúde; a liberdade, o respeito e a dignidade; a convivência familiar e comunitária; a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer; a profissionalização e a proteção no trabalho.

c) “Articulação” é uma das palavras-chave da Política de Atendimento à criança e ao adolescente a ser implementada com base no ECA. Para obtenção da proteção integral aos direitos e interesses infanto-juvenis, faz-se necessária uma ação individual e específica tanto do Poder Público quanto da sociedade civil organizada e entidades que a representem.

d) A coordenação das ações conjuntas e iniciativas, bem como a construção de uma verdadeira “rede de proteção” aos direitos infanto-juvenis, é tarefa que cabe, exclusivamente, aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, cuja principal característica é a composição paritária entre governo e sociedade.

23. A Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente é uma iniciativa de relevância estrutural nacional, para a integração de esforços entre órgãos do Poder Executivo e do Sistema de Justiça brasileiro. O documento foi assinado em outubro de 2012 e concentra esforços na articulação nacional de ações concretas voltadas a dar efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com absoluta prioridade. O documento apoia-se em quatro matrizes estratégicas. Sobre estas, é correto afirmar:

a) MATRIZ 1: Estratégia Nacional de Imposição da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes. Objetivo geral: Reduzir o número de crianças e adolescentes institucionalizados e qualificar o seu atendimento nos serviços de acolhimento.

- b) MATRIZ 2: Estratégia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e Outras Violências Contra Crianças e Adolescentes. Objetivo geral: Articular esforços em âmbito municipal para garantir às crianças e aos adolescentes o direito ao desenvolvimento integral livre de todas as violências.
- c) MATRIZ 3: Estratégia Nacional de Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo. Objetivo geral: Articular ações para a efetiva implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.
- d) MATRIZ 4: Estratégia Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Objetivo geral: Articular esforços para a priorização da diminuição do trabalho infantil.
-

24. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece Conselhos de Direitos, configurados como instrumentos de discussão, formulação e deliberação da política social para criança e adolescente, numa corresponsabilidade dos poderes públicos e da sociedade civil para cumprir suas normativas. Os conselhos devem interferir sempre que identificarem desvios, abusos e omissões nas entidades, governamentais ou não, que atuam na área da infância e juventude. Quanto aos Conselhos de Direitos é correto afirmar:

- a) O controle popular, exercido pelo povo através dos conselhos, não é consideravelmente expressivo, pois não produz conhecimento. Apenas mobiliza a opinião pública e subsidia a atuação dos conselhos, deixando a sociedade sempre atenta às violações de direitos humanos.
- b) É prevista a criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurados a participação popular minoritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais.
- c) Não é todo cidadão que tem o direito de procurar o Conselho de direito – apenas cidadãos com ensino superior - para buscar informações, esclarecimentos e orientação técnica, para questionamentos relacionados com irregularidades cometidas por entidades sociais de atendimento à criança e ao adolescente, sejam elas públicas ou privadas.
- d) Dos representantes não-governamentais, pode-se mencionar: a Pastoral da Criança, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Centro de Defesa da Criança (CEDECA), Fóruns, Associações e Conselhos Comunitários.
-

25. O ECA ainda preconiza os Conselhos Tutelares como mais uma estratégia para a proteção da criança e do adolescente. Quanto aos Conselhos Tutelares é correto afirmar:

- a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA.
- b) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de dez membros, escolhido pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
- c) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos reconhecida idoneidade moral e idade superior a dezoito anos. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- d) As atribuições do Conselho Tutelar consistem exclusivamente em: atender e aconselhar os pais ou responsável; promover a execução de suas decisões requisitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
-

26. O objetivo do Conselho Tutelar é restabelecer direitos violados que, na perspectiva do ECA, decorrem da ação ou omissão da família, da sociedade, do Estado ou da própria criança e adolescente. Tendo isso em vista, é correto afirmar:

- a) O Conselho Tutelar é a principal porta de entrada da população para assegurar à criança e ao adolescente a efetivação de seus direitos. Este órgão é a instância prevista por lei para o recebimento de toda e qualquer denúncia de ameaça ou de defesa de direitos cometidos a favor da criança e adolescente.
- b) O Conselho Tutelar só legitima a sua existência a medida em que exercita o compromisso social na luta cotidiana por construir cidadania infanto-juvenil. Na realidade, ele substitui o sistema judiciário no atendimento de casos sociais/assistenciais e sem implicações jurídicas.
- c) O Conselho é autônomo nas suas decisões, especialmente em relação à aplicação das medidas de proteção estabelecidas para crianças e adolescentes violados ou ameaçados em seus direitos, podendo inclusive se opor ou contrariar interesses de terceiros para fazer valer esses direitos nos casos em que esteja atuando. Uma vez que o Conselho Tutelar tenha autonomia, não deve obediência pública à Lei.
- d) Uma vez que não tem poder de polícia para solucionar pela força as diversas questões de violação ao direito de crianças e adolescentes, as quais demandam decisões, o Conselho Tutelar fica impossibilitado de recorrer à Justiça para fazer cumprir as suas deliberações.

27. Os Núcleos de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente - Escola de Conselhos, têm sido uma política desenvolvida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), por intermédio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), para promover a formação de Conselheiros de Direitos e Tutelares em todo Brasil.

A Secretaria está empenhada no fortalecimento de Conselhos Tutelares e de Direitos e vem trabalhando para implantar ao menos uma Escola de Conselhos em cada estado, além de uniformizar os cursos das mesmas.

A meta da Secretaria é formar um número cada vez maior de conselheiros, abrindo novas escolas em todos os estados do país, facilitando o acesso dos interessados e a garantindo a qualidade das formações oferecidas.

Sobre as Escolas de Conselhos, é correto afirmar:

a) A SDH tem firmado parcerias com instituições de referência, como as universidades, os Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente e governos estaduais, para desenvolver projetos nas áreas de educação em Direitos Humanos e promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

b) As Escolas de Conselhos têm proporcionado a troca de conhecimentos práticos e teóricos, tendo como resultado a formação de articuladores e animadores da rede de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, vendo cada conselheiro como uma peça mínima para movimentar esse sistema, necessitando de grande número de conselheiros.

c) A formação continuada de conselheiros tutelares e de direitos é uma opção para o avanço na defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes. Sem as formações de conselheiros tutelares e de direitos eles não podem compreender suas atribuições e o importante papel que estes órgãos colegiados têm dentro de nossa sociedade.

d) Neste sentido, as Escolas de Conselhos têm o objetivo de promover e disseminar o conhecimento em direitos humanos, políticas sociais e, em especial, a dinâmica do sistema de garantias de deveres de crianças e adolescentes, bem como as atribuições dos conselheiros.

28. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas no Sistema

Nacional Socioeducativo – SINASE (Lei 627/2007). Para os efeitos da Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato. É correto afirmar sobre o Ato Infracional:

a) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos apenas com autorização do juiz.

b) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de cinquenta e cinco dias. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

c) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Portanto são asseguradas ao adolescente algumas garantias: pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.

d) Outras garantias também asseguradas são: defesa técnica por advogado; assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; direito de solicitar o afastamento de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

29. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional. A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Considerando o exposto, é correto afirmar:

a) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada. Já em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade deverá determinar, impreterivelmente, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

b) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis anos, junto a entidades assistências, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. A medida não pode se restringir à “exploração da mão-de-obra” do adolescente, devendo ter um cunho eminentemente pedagógico.

c) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis anos, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

d) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

30. Tendo como premissa básica a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade, o **SINASE** reafirma a diretriz do Estatuto sobre a **natureza pedagógica** da medida socioeducativa. Para tanto, este sistema tem como plataforma inspiradora os acordos internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, em especial na área dos direitos da criança e do adolescente. Tendo isso em vista, é correto afirmar:

a) Priorizaram-se as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em detrimento das medidas privativas ou restritivas de liberdade em estabelecimento educacional (semiliberdade e internação), haja vista que estas somente devem ser aplicadas em caráter de excepcionalidade e por longo período.

b) Priorizar medidas em meio aberto trata-se de estratégia que busca reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo.

c) Como importante ação para qualificar o atendimento socioeducativo e atuar de forma ágil na apuração do ato infracional e na inserção do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa, o SINASE prevê a instalação e funcionamento do Atendimento Inicial Integrado, também conhecido como Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), e obriga cada município a ter um núcleo a cada 10 mil habitantes.

d) O atendimento das famílias dos adolescentes autores de atos infracionais é essencial para evitar

a reincidência. A intervenção estatal, nestes e em outros casos, deve ser sempre efetuada de modo que os pais se afastem de suas responsabilidades em relação a seus filhos uma vez que são cúmplices dos atos infracionais.

31. O SINASE prevê que haja um Projeto Pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo. Em relação ao atendimento socioeducativo, é correto afirmar:

a) O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, para reincidir na prática de atos infracionais.

b) Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, criminal, relacional, cognitiva e produtiva.

c) Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades que executam as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social.

d) Os programas devem ter, opcionalmente, projeto pedagógico claro e escrito em consonância com os princípios do SINASE. O projeto pedagógico deverá conter minimamente: objetivos, público-alvo, capacidade, fundamentos teórico-metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe.

32.

NÓS TAMBÉM AMAMOS A VIDA

(Poema dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba)

Para vocês vida bela / Para nós favela
Para vocês carro do ano / Para nós resto de pano
Para vocês luxo / Para nós lixo
Para vocês escola / Para nós pedir esmola
Para vocês ir à lua / Para nós morar na rua
Para vocês coca-cola / Para nós cheirar cola
Para vocês avião / Para nós camburão
Para vocês academia / Para nós delegacia
Para vocês piscina / Para nós chacina
Para vocês imobiliária / Para nós Reforma Agrária

Para vocês compaixão / Para nós organização
Para vocês tá bom, felicidade / Para nós...igualdade
Nós também amamos a vida,
Nós também queremos viver.

A questão da infância entendida como problema social aparece como produto histórico da desigualdade socioeconômica e cultural (escravidão, distribuição de renda, acesso a direitos, entre outros) vivenciada no país, marcado por um processo altamente excludente. O poema acima expõe o sofrimento vivenciado por crianças e adolescentes em situação de rua. Sobre este tema, é correto afirmar:

- a) São diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros. O que está extinto são os “trecheiros”: pessoas que transitavam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas pedindo carona).
- b) As crianças e adolescentes, efetivamente os caucasianos de classe média-baixa, têm sido o segmento mais vitimado e, indiscutivelmente, os que mais têm sofrido com a má distribuição de renda e com o alto nível de pobreza do Brasil. Deveriam, portanto, ser o público privilegiado na implementação de políticas públicas sociais.
- c) A população em situação de rua vivencia a fundo a exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. Exclusão social relaciona-se com situação parcial de ruptura de relações familiares e afetivas, além de não romper com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva.
- d) São enumeradas várias espécies de fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como causas estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.).

33. A Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas a redes familiares e comunitárias, o acesso integral aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo. Para conferir concretude aos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política

são apresentadas ações concretas contendo estratégias e mecanismos de operacionalização.

Sobre as estratégias, é correto afirmar:

- a) Campanhas de conscientização acerca da vulnerabilidade social e combate ao preconceito para com a população em situação de rua. Responsabilização e combate à impunidade dos crimes e atos de violência que têm essa população como público-alvo.
- b) Inclusão da população em situação de rua como público-alvo secundário na intermediação de emprego, na qualificação profissional para a criação de novos postos de trabalho. Criação de alternativas de moradia para população em situação de rua nos projetos habitacionais do Governo Federal.
- c) Estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues. Práticas educativas exclusivamente nas regiões periféricas das cidades incluindo as temáticas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, laços familiares, drogas, saúde e de origem regional, objetivando o enfrentamento das práticas discriminatórias, especialmente com relação à população em situação de rua.
- d) Promoção do direito à segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua, por meio de restaurantes populares. Garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua. Promoção de amplo acesso aos meios de informação, criação, difusão e fruição cultural, desenvolvimento da potencialidade da linguagem artística como fundamental no processo de inversão da população excluída.

34. Com a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o grande objetivo tornou-se normatizar o sistema educacional e garantir acesso igualitário para todos com relação à educação. Essa lei, de forma geral, oferece um conjunto de definições políticas que orientam o sistema educacional e introduz mudanças importantes na educação básica do Brasil. Com base na LDB, é correto afirmar:

- a) A atual estrutura do sistema educacional regular no Brasil consiste na educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. Os municípios têm a função educacional de atuar no ensino fundamental e na educação infantil; já os Estados e o Distrito Federal são responsáveis pelo ensino fundamental e ensino médio.

b) O governo federal exerce uma função redistributiva e supletiva na educação, devendo prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como deve organizar o sistema de educação infantil no país.

c) Além do ensino regular, a educação formal possui as seguintes modalidades específicas: a educação especial (preferencialmente em escolas especiais), para os portadores de necessidades especiais; a educação de jovens e adultos, para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria para os mesmos.

d) A proposta para a educação brasileira tem como meta a democratização e universalização do conhecimento básico, oferecendo educação e cuidado com a escolarização, assumindo um caráter intencional e sistemático, que oferece uma atenção especial ao desenvolvimento intelectual, mas não se envolve com os aspectos físico, emocional, moral e social.

35.

“O GOVERNO PRESTA EDUCAÇÃO INSUSTENTÁVEL”

“O Brasil é a 6ª potência mundial e estava em 88º lugar no ranking mundial de educação da Unesco (segundo a *Education for All Global Monitoring Report*) em 2011. Esses dados são fornecidos pelo nosso Governo para a Unesco. 75% do povo brasileiro é analfabeto funcional: lê, mas não compreende o que leu. Portanto, a leitura não lhe aumenta o conhecimento nem lhe provoca mudança de vida.

Quem são os responsáveis por esse catastrófico índice de analfabetismo funcional? Será que os pais desses analfabetos funcionais percebem que seus filhos frequentam por 11 anos a escola e não aprenderam a compreender um texto, a escrever um relatório do que fizeram durante um dia, uma viagem, um negócio?

Não sendo capazes de construir conhecimentos através de informações que leem nos jornais e revistas, os brasileiros acabam acreditando no que ouvem falar, as palavras de palanque político, do ladrão que se diz honesto, do deputado que tem que pernoitar na cadeia e jura inocência... Se eles soubessem ler contariam com maiores informações e construiriam seus próprios conhecimentos para embasar seus votos. Teríamos políticos melhores, com certeza.

Por que o governo mantém escolas-carroças num

país onde se anda de carro e cobram-se impostos pela internet? O governo confia nas suas escolas que formam analfabetos funcionais? Será que o governo precisa que seu povo seja analfabeto enquanto maus políticos são denunciados, expostos e publicados pela mídia?

Mas para que serve a verdade publicada pela imprensa para um povo que não entende o que lê e mal compreende o que ouve? Por isso, maus políticos de fichas sujas acabam sendo eleitos. A cadeia não corrige maus políticos, ensina-os a se perpetuarem no poder. (...)

Levará um bom tempo até termos os políticos de que precisamos. Enquanto isso, cada pai, cada mãe, cada professor insatisfeito tem mais é que formar parcerias para efetivar a educação tão necessária aos nossos filhos e alunos.

A proposta de Educação Sustentável tem como ser praticada, uma vez conhecida, por quem realmente quiser mudar essa difícil situação que estamos vivendo. As modificações têm que serem feitas primeiro dentro de cada cidadão, principalmente no papel de Educador.” (*Texto retirado de: TIBA, I. Educação Familiar: presente e futuro. São Paulo: Editora Integreare, 2ª Ed., 2014*).

Considerando o texto acima e seus conhecimentos sobre a educação nos dias atuais, é correto afirmar:

a) As sociedades ocidentais contemporâneas transferiram, pouco a pouco, os cuidados com as crianças das famílias para as escolas; a formação e informação cognitiva, moral, sexual, religiosa, cívica etc., passou a ser entendida como uma tarefa essencial do espaço escolar, em substituição a uma convivência familiar cada vez mais aprimorada em qualidade e quantidade.

b) Há uma crescente sacralização do espaço escolar como sendo um lugar de proteção/formação/salvação e, por consequência, uma diminuição da responsabilização dos educadores. Essa responsabilização beira a culpabilização, como se a escola tivesse o exclusivo dever de dar conta de toda a complexidade presente na educação da juventude.

c) Nos últimos 20 anos, um fenômeno explodiu nas crianças dos centros urbanos. A partir dos 2 anos de idade as crianças assistem em média 3 horas de TV por dia. Além das outras mídias eletrônicas como rádio, cinema, computador, celular, tablet, com acesso à internet. Esse cenário obrigou as escolas a reverem suas metodologias e objetivos pois as crianças não chegam mais à escola sem alguma base de conhecimento e informação científica e social. Atualmente as escolas conseguiram adaptar suas metodologias e tecnologias para atingir de forma eficaz essas crianças.

d) Quando pensamos no campo da formação ética e de cidadania, os problemas na educação brasileira não são, evidentemente, um ônus a recair prioritariamente sobre o corpo docente escolar. Há um outro corpo docente com estupenda e eficaz ascendência sobre as crianças: a mídia.

36. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. A assistência social é garantida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Sobre esta, é correto afirmar:

a) A assistência social tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a garantia de 2 (dois) salários mínimos de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

b) A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

c) A assistência social rege-se pelos seguintes programas: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

d) A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: centralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

37. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC é um dos mais expressivos programas da Seguridade Social brasileira. Parte integrante da Política Nacional de Assistência Social garante um patamar mínimo de renda a pessoas com deficiência e idosos em situação de pobreza. A Lei Orgânica da Assistência Social aponta como um dos objetivos da assistência social o de contribuir

para a promoção da “habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”. Sobre o BPC, é correto afirmar:

a) O Programa BPC na Escola é fruto de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

b) O programa objetiva garantir que os beneficiários do BPC, com idade até 18 anos, tenham assegurado o seu direito de frequentar a rede regular de ensino e conviver com os demais alunos. Desta forma, não apenas garante a realização de um direito básico das pessoas com deficiência, como também contribui para tornar a escola mais democrática e o direito à diversidade na escola mais amplo.

c) As crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, não estão tendo a oportunidade de mudar sua realidade e perspectivas. São famílias que estão encontrando alternativas para inserir seus filhos na escola, recuperando sua autoestima e encontrando novas bases para a construção de seu futuro.

d) A equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência na escola e nas demais esferas sociais não se relacionam ao alcance dos princípios a acessibilidade, inclusão e a cidadania, que reafirmam a concepção de direitos humanos e a garantia das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

38. O Estatuto do Idoso, Lei N° 10.741, de 1° de outubro de 2003, é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Sobre o Estatuto, é correto afirmar:

a) O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de privação de liberdade e dignidade.

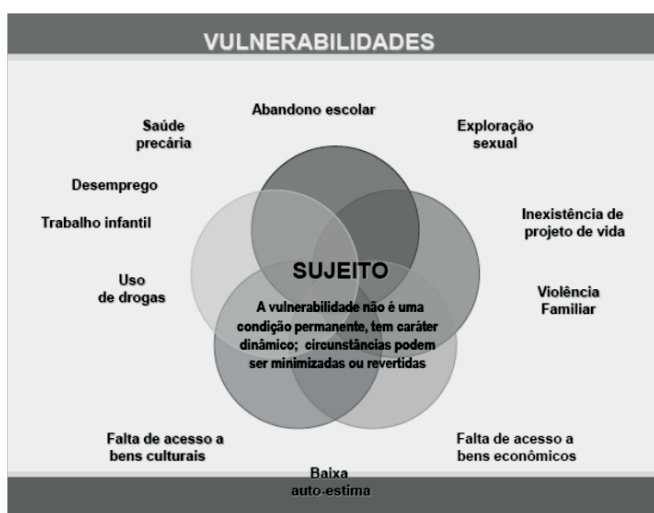
b) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte radical, ao lazer, ao trabalho mesmo após a aposentadoria, à cidadania, à liberdade vigiada, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

c) A garantia de prioridade compreende, dentre outras coisas: atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; destinação privilegiada de

recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso; priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

d) Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso. O cidadão deve optar se comunica a autoridade competente qualquer forma de violação que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

39.



BRASIL. Política Nacional sobre Drogas e o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. A Assistência Social no Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas: um debate necessário. 2011.

A Imagem acima evidencia as vulnerabilidades as quais os sujeitos estão expostos, e que favorecem o uso indevido de drogas. A fim de garantir as medidas necessárias para o enfrentamento dessa problemática, o Governo Federal elaborou a Política Nacional Sobre Drogas. Sobre esta, é correto afirmar:

a) Busca-se a conscientização do usuário e da sociedade em geral de que o uso de drogas ilícitas não está relacionado às atividades e organizações criminosas que têm, no narcotráfico, sua principal fonte de recursos financeiros.

b) Prioriza a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de maior custo para a sociedade. Garante o direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas.

c) Reconhece a corrupção e a lavagem de dinheiro como as principais vulnerabilidades a serem alvo das ações repressivas, visando o fortalecimento do crime organizado, em particular do relacionado com as drogas.

d) Garante a implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando potencialidades e princípios éticos.

40. Simplificar a vida do cidadão e ampliar a capacidade de atendimento do governo às demandas da sociedade em geral, com qualidade e eficácia, são dois desafios centrais da Administração Pública Brasileira. Para superá-los, requer-se mobilização, orientação e adequada instrumentalização de lideranças e servidores públicos para o investimento contínuo e crescente na melhoria e na inovação dos serviços públicos.

Por essa razão, a Secretaria de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, na qualidade de coordenadora oficial do Programa GESPÚBLICA, relança a Carta de Serviços ao Cidadão, pela sua importância e destaque dentro de uma agenda de governo voltada para a eficiência administrativa. Sobre esta carta, é correto afirmar:

a) Algumas das diretrizes estabelecidas são: presunção de boa-fé; compartilhamento de informações; racionalização de métodos e procedimentos de controle; aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão; utilização de linguagem simples e compreensível; articulação com Estados, Distrito Federal, Municípios e outros poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos prestados ao cidadão.

b) Os benefícios oriundos da aplicação da Carta de Serviços, para o cidadão, consistem em: clareza sobre a atividade e os serviços prestados pelos órgãos/entidades; serviços públicos disponibilizados de forma adequada às necessidades e expectativas dos seus públicos alvos. Cidadãos com menores condições de exigir e defender seus direitos.

c) Os benefícios oriundos da aplicação da Carta de Serviços, para o órgão ou entidade pública, consistem em: direcionamento do órgão/entidade para a gestão por resultados; ganho em eficiência: economia de tempo e recursos; aproximação do órgão ou entidade aos seus públicos alvos e estímulo à gestão individualista; melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados; confiabilidade e credibilidade à implementação de políticas públicas.

d) Os benefícios oriundos da aplicação da Carta de Serviços, para o servidor público, consistem em: maior clareza na definição dos compromissos e resultados esperados da sua atuação, especialmente nos processos de atendimento ao público; menor significado ao seu trabalho, em função da maior visibilidade interna e externa do seu desempenho; maiores possibilidades de reconhecimento institucional da qualidade do desempenho profissional.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					